



Assembleia de Freguesia

ATA Nº 7

-----Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a sétima sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, na sala de sessões, sita na Rua Dr. Francisco Mendes de Brito, número três A - Entroncamento, sob a presidência de Paulo Jorge Simões de Sousa, tendo declarado aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dois minutos, na Sede da Junta de Freguesia. Cumprimentou todos os presentes, assim como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e membros do Órgão Executivo, os senhores deputados e as funcionárias que nos acompanham nesta Assembleia. **Ordem de Trabalhos:** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** - ■ - -----

1º PONTO – **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 6, DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, DE 28/06/2022, conforme art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** - ■ - -----

2º PONTO – **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013.** - ■ - -----

----- À hora da abertura dos trabalhos encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia -----

- Paulo Jorge Simões de Sousa - Presidente -----
- Maria Miguel Rosado Casa Branca - 1ª Secretária -----
- Márcia Filipa Rolinho Martins – 2ª Secretária -----
- David Cláudio Nogueira Alvares Lage -----
- Augusto Manuel Boto Barroqueiro -----
- Maria João Mourão Rosa Pedro -----
- Fernando Adelino Soares Barroso -----
- Carlos Jorge Raposo Costa -----
- Ana Margarida da Silva Lopes -----
- Manuel Augusto Pereira Gonçalves-----
- Gonçalo Nuno Neto Pereira -----
- António Manuel Jesus Carvalho -----

-----Encontrava-se ainda o elemento do Órgão Executivo: a Vogal, Ana Lomba, que tinha sido convidada a estar presente. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que Antes da Ordem do Dia, tinha entrado naquele mesmo dia, uma Moção, apresentada pelo Senhor Deputado do PSD, António Carvalho, sendo que o Deputado do PSD, David Lage interviu, cumprimentou todos os presente e chamou a atenção ao Senhor Presidente da Assembleia que estava omissa na convocatória desta reunião a inclusão do PAOD na Ordem de Trabalhos. Mencionou também que, a bancada do PSD agradecia que fosse colocado em futuras convocatórias, pois existiu aqui uma falha. --

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado do C.D.S, António Manuel Jesus Carvalho, o qual endereçou hoje uma Moção à mesa, que foi transcrita na integra.-----

«CDS-PP -----

Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima -----

Exmos. Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia -----

Exmo. Senhor Presidente Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima -----

MOÇÃO -----

Pela segurança da Freguesia Nossa Senhora de Fátima -----

Um tema muito popular, de que se fala com frequência é a segurança na nossa cidade.

Contudo, poucas medidas e mudanças, para não dizer nenhuma, se observam. -----

Recentemente foi enviado um documento para a Assembleia Municipal, com alguma informação que se reuniu sobre segurança, logística de recursos policiais, esquadra da cidade, algumas sugestões e perguntas. Porém, uma vez mais, nem resposta, nem renovações foram observadas. Este documento foi enviado como simples consciência de cidadão, porque todos sabemos que será ignorada. Poderíamos acreditar que a falta de medidas se deve a impossibilidade do Município. Mas será mesmo? -----

Como cidadãos, estamos no direito, e parece-me que é nosso dever, continuar a lutar, falar, manifestar, insistir. Contudo, a execução de medidas e alterações depende exclusivamente do município. -----

Durante alguns mandatos anteriores, o CDS tem insistido na instalação de câmaras de videovigilância. Na última tomada de posse, em 2022, foi negociada com o Sr. Presidente essa possibilidade. Até ao momento nada foi discutido ou planeado. -----

O município pode promover a instalação de videovigilância em zonas críticas, a instalação de câmara em localizações rotativas. Não são sugestões inovadoras. Existem outros conselhos pelo país que já aplicaram, onde se verificaram resultados positivos, bem como o aumento da confiança da população nas entidades civis. Outro aspeto é a conhecida falta de agentes de



polícia. De facto, é um problema nacional, contudo, deve haver algo que possa minimizar esse impacto. -----

Estamos numa era que a tecnologia avançada pode facilitar muitos tipos de trabalho. Outro exemplo é o uso de drones para vigiar algumas zonas. É conhecido da população que os polícias são vigiados por indivíduos antes de cometer os seus crimes. -----

Sou filho, nascido e criado, do Entroncamento e lamento ver, ao longo destes anos, a decadência de algumas zonas, o medo das pessoas idosas e as alterações que fazemos nas nossas vidas diárias. Simplesmente porque não é seguro passar na rua X ou na rua Y. Inclusive, ver jovens a não querer voltar para a nossa cidade porque não temos condições para se criarem famílias. -----

É um facto, que analisando, estatisticamente, a criminalidade do município do Entroncamento é baixa. Mas já nos questionámos porquê? Será que é real? Ou há medo, sentimento de desvalorização, humilhação e ser ainda ser-se criticado/a neste ato? Podia listar vários exemplos horrendos de testemunhos reais que já ouvi. A minha mãe tem 82 anos. Foi assaltada, conto umas três vezes e apresentou queixa apenas uma vez. A resposta foi: “você sabem que não podem andar nessa rua”. -----

A insegurança pode ser uma tarefa difícil de combater, no entanto podemos minimizar, de algum modo. Com boa vontade, motivação e em equipa, algo que o Sr. Jorge Faria não tem e não quer. -----

Como junta de freguesia, ao vermos que a Câmara não faz o que deveria, ou nem se esforça para melhorar a situação, algo temos nós que fazer, pelo menos pelos nossos fregueses. E, neste caso, adicionalmente, a população deverá ser informada da inoperacionalidade da Câmara no que respeita a segurança. Não apresentar desculpas, não “encolher ombros”, não adiar o problema, não “empurrar com a barriga” ou outras mais expressões populares. Mais, não devemos colocar o peso nas forças policíacas. Também é conhecido da falta de ajudas e apoios superiores que estes profissionais têm. -----

Já chega de ser um tema que apenas se discute. Temos que passar à ação, agora! -----

Entroncamento, 29 de setembro de 2022 -----

O representante do CDS-PP -----

António Carvalho» -----

----- Após apresentada a Moção, o deputado do CDS-PP, António Carvalho, demonstrou o descontentamento de que nada é feito pelo Município e de como é conhecido o Entroncamento, como « a Amadora do Ribatejo e a terra dos ciganos» e que o Senhor Presidente da Câmara do



Entroncamento nada faz, mas tem meios para o fazer, só não quer fazê-lo. Mencionou ainda que, agradecia que fosse tomada alguma posição em relação a esta insegurança e situações menos agradáveis que se passam mais na zona norte e que perante a Câmara se impusesse e exigisse que se fizesse alguma coisa.-----

----- Terminada a intervenção do deputado do CDS-PP, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção e mencionou se os senhores deputados gostariam de se pronunciar sobre a Moção. -----

----- Procedendo assim com a intervenção, o Deputado David Lage, referiu que a bancada do PSD estava de acordo com as palavras do deputado do CDS-PP e que também se trata de um assunto que foi chamado pelos mesmos aqui nestas reuniões, a insegurança que se passa na cidade e nada é feito, nada se faz para minimizar esta situação e foi assumido que realmente havia um problema de segurança. O deputado do PSD referiu e convidou a que consultassem a reunião que ocorreu entre entidades, onde estava presente o Comandante Distrital da PSP de Santarém, o Comandante da PSP do Entroncamento, onde estavam representadas também as Juntas, a Assembleia Municipal e os órgãos de executivo, onde foi mencionado nessa mesma reunião que «existia pontualmente umas dificuldadesinhas ». O deputado mais referiu que «a morte de uma criança não é propriamente uma dificuldadesinha», terminando a sua intervenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção, dando a palavra ao deputado do PS, Manuel Gonçalves, o qual mencionou que o Partido Socialista apoiou e trabalho o documento que aqui foi a apresentado, passando-se a transcrever na íntegra a sua intervenção. -----

« Obrigado Sr Presidente -----

Cumprimento mais uma vez todos os presentes. -----

Vou falar sobre um ato que aconteceu no aniversário da Freguesia, que se celebrou a 1 de julho. -----

Começo por fazer uma pequena introdução sobre este acontecimento, para conhecimento de todos. -----

No dia 10 de janeiro, foi publicado o Decreto Regulamentar 1/2022, que estabeleceu os termos e as condições do reconhecimento do cuidador informal. -----

Atento ao primordial papel de proximidade que as Juntas de Freguesia assumem junto das populações, o Instituto da Segurança Social e a Associação Nacional de Freguesias, trabalharam em conjunto e chegaram a acordo, para a assinatura de um protocolo dirigido às



peçoas que cuidam de familiares que se encontrem em situação de dependência, com deficiência ou incapacidade. -----

Devido ao reconhecimento que é dado ao Sr Presidente da Freguesia, Dr Ezequiel Estrada, por todo o trabalho realizado em prol da nossa freguesia, mas especialmente pelo trabalho realizado enquanto elemento do Conselho Diretivo da ANAFRE, foi o nosso executivo contactado para que a assinatura do protocolo entre as duas instituições fosse realizado na sede da nossa freguesia. Imediatamente este convite foi aceite, tendo sido marcado para o dia 1 de julho dia do aniversário da nossa freguesia. Apesar das tentativas feitas por alguém para que a cerimónia se realizasse no Cine Teatro S. João, o presidente da ANAFRE manteve-se intransigente e a cerimónia realizou-se nesta sala onde nos encontramos. -----

Estiveram presentes a Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Dra Ana Sofia Antunes, a Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, Dra Sofia Carvalho, o Sr Presidente da ANAFRE Dr Jorge Veloso, o Coordenador da Delegação Distrital de Santarém da ANAFRE, Bruno Jorge Vicente Tomás, o Diretor da Segurança Social de Santarém, Dr Renato Possante Bento, assim como as altas individualidades do nosso Concelho, tendo à frente o Sr Presidente da Câmara Dr Jorge Faria. -----

Foi uma cerimónia que nos deve encher de orgulho, porque não nos podemos esquecer que existem 3091 freguesias no nosso país, e esta cerimónia só poderia ser feita numa freguesia, e essa uma foi a nossa, a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima do Entroncamento. -----

Obrigado Sr Presidente por tudo o que fez para que esse ato tivesse sido possível na sede da Nossa Freguesia. -----

Tenho dito» -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado do PS e deu de seguida a palavra ao deputado do CDS-PP, António Carvalho. -----

----- O deputado mencionou que o que se verifica no Entroncamento é que «a polícia é que é vigiada e não é a polícia que vigia», pois já presenciou em certas situações em que o carro da Polícia circula nas ruas a vigiar, mas que atrás vem outro carro de ciganos a vigiar o carro da polícia, o que é vergonhoso. Mais referiu que se o Presidente da Câmara quisesse podia intervir através do sistema videovigilância ou drones, só não o faz porque não quer, pois não vê vontade nenhuma pela parte do mesmo, de fazer alguma coisa a nível da segurança. Daí que agradecia que alguma coisa fosse feita pela parte do Presidente da Junta de Freguesia no que diz respeito à segurança da nossa cidade, terminando assim a sua intervenção. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção, passando de imediato à votação da Moção já apresentada. Sendo que a Moção foi aprovada por maioria, com a abstenção da Deputada do CDU. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou então à **Ordem de Trabalhos**, sendo o Ponto seguinte: -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - ■-----

----- O Senhor Rui Pedro Dias Gonçalves, morador na Rua de Moçambique, N° 27, interveio, fazendo o seguinte pedido ao Senhor Presidente da Junta, uma vez que os seus apelos não têm eco no executivo Municipal, sendo assim pediu que as passadeiras do Casal Vaz fossem pintadas, uma vez que não o são há muito tempo, há 10 anos, pois é um sítio onde existe um colégio com crianças e o atravessamento é feito sem noção onde é que são as passadeiras, terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Rui Dias e sendo que não houve mais intervenção do público, prossegui com a reunião e passou-se ao **1º Ponto da Ordem de Trabalho**. -----

1º PONTO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N° 6, DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, DE 28/06/2022, conforme art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. - ■ - -

----- No entanto, o Deputado David Lage interveio, mencionando que não foi apresentado o PAOD – Período Antes da Ordem do Dia, pois de acordo com o Artº 31º do Regimento, antes de se entrar no 1º Ponto da Ordem de Trabalho, tem que ser apresentado o PAOD, o que não foi feito. -----

----- Contudo, o Senhor Presidente da Assembleia mencionou que se entrou no PAOD, quando foi com a leitura e discussão da Moção apresentada pela Deputado do CDS_PP, António Carvalho, a qual foi aprovada por maioria. E que não foi apresentado mais nenhum ponto no PAOD, sendo assim após a aprovação da Moção terá que introduzir esse ponto. -----

-----O Deputado David Lage voltou a intervir, referindo que houve então um equívoco pela sua parte por que não sabia se a Moção fazia parte do PAOD ou não, pois não estava explícito. Sendo, assim gostariam, a Bancada do PSD, de intervir antes da votação a apreciação da Ata N° 6 de 28/06/2022. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do senhor deputado David Lage e cedeu a palavra então à bancada do PSD. -----

----- A deputada do PSD – Maria João Pedro começou por referir que tinha duas solicitações para apresentar. A primeira, que as duas reuniões das Juntas de Freguesia do Concelho do



Entroncamento não fossem as duas realizadas no mesmo dia e à mesma hora, para que se possa exercer a cidadania. E a segunda solicitação, gostaria que a documentação enviada sobre a reunião da Assembleia fosse enviada com mais antecedência, pois a documentação desta reunião foi enviada com pouco tempo pois foi enviada na segunda feira, para a reunião realizada na quinta, é muito pouco tempo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da deputada Maria João Pedro e cedeu a palavra ao deputado Augusto Barroqueiro. -----

----- O deputado do PSD, Augusto Barroqueiro também interviu, cumprimentando todos os presentes e mencionando que as reuniões sejam transmitidas em direto, via striming e para que todos os fregueses possam assistir. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado Augusto Barroqueiro e de seguida deu a palavra ao deputado do PS, Manuel Gonçalves. -----

----- O deputado Manuel Gonçalves manifestou o seu descontentamento e desagrado no que diz respeito à transmissão das Reuniões da Assembleia serem transmitidas, referindo que irá votar sempre contra, pois quem se quiser promover não é à conta de equipamento adquirido pela junta que o irá fazer, terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, do deputado Manuel Gonçalves, cedendo novamente a palavra ao senhor deputado David Lage, pedindo que não se arrastasse demasiado o PAOD. -----

----- O deputado David Lage, mencionou que a bancada do PSD surpreendeu-se com a atitude do deputado Manuel Gonçalves, pois é uma prática comum a nível nacional, pois a Assembleia, a Câmara Municipal, faz a transmissão on-line. Mais referiu que, sendo o Presidente da Junta de Freguesia que se pugna, nas palavras do próprio, por ser um inventor e ser primeiro do que os outros todos, tinha aqui então uma hipótese de ter uma atitude de sermos os primeiros a ter transmissão on-line e ser primeiro que o seu congénere da Junta de Freguesia de São João Batista. A bancada do PSD iria pedir que se marcasse uma reunião extraordinária para que se possa resolver esse assunto de transmissão on-line. -----

----- Continuou com a sua intervenção, apresentando e lendo um requerimento sobre a intervenção/informação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, mencionando que a mesma tinha sido apresentada na passada reunião de 08 de junho. O mesmo referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Ezequiel Soares Estrada, afirmou que «aquando da sua tomada de posse em 2013, a Junta de Freguesia não tinha dinheiro para pagar ordenados, nem sequer para comprar uma esfregona». O deputado David Lage, referiu que «como costuma dizer se, a



mentira tem perna curta». Referiu ainda que, «primeiro, segundo a situação orçamental e financeira da Freguesia, datada de 15/09/2013, constando na ordem de trabalhos da reunião de 19/09/2013, a Junta de Freguesia apresentava um saldo de gerência de 37,908,66Euros. Dois, no dia 15/10/2013, data da tomada de posse, do primeiro mandato do Senhor Presidente, entrou nas contas da Junta de Freguesia, a 4ª tranche do FFF, o valor de 26,340,00Euros. Podemos então constar que a situação financeira da Junta, estava muito longe daquilo que o Senhor Presidente, tentou em vão demonstrar. Mais, recebeu um património edificado, este hoje onde nos encontramos, pago e acabado. Mas e para que não subsistem quais queres dúvidas, nas mentes dos que aqui se encontram, nas mentes da população da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o Partido Social Democrática, vem por este meio, requerer o documento da Prestação de Contas Intermédia, enviada para o Tribunal de Contas, onde consta a informação financeira à data das eleições de 2013, o Resumo Diário de Tesouraria de 29/09/2013, o Resumo Diário de Tesouraria de 15/10/2013 e o Resumo Diário de Tesouraria de 31/2013», terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado David Lage, mais referiu que no final o Senhor Presidente da Junta responderia à interpelação do deputado David Lage. No entanto, o deputado do PSD, Carlos Costa, pediu para intervir. -----

----- O deputado Carlos Costa, mencionou que, não é um assunto que esteja diretamente direcionado à Junta, mas vem em nome dos encarregados de educação trazer um pedido, que durante o período da manhã, em horário escolar, fosse aumentado o número de autocarros para a Escola António Gedeão, pois estão lotados, há pais a irem a pé para a escola. Referiu que apenas seria uma recomendação apresentada por ele. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção, e deu a palavra ao deputado do PSD, Fernando Barroso. -----

----- O deputado Fernando Barroso cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção referindo que era notória a divergência entre a Junta e os deputados da Assembleia e entre a CME, pois a Junta não é ouvida nem seguida pelo executivo da CME. Mais referiu que a Junta deveria ter uma privilegiada proximidade com os cidadãos. No entanto, ao falar qualidade de vida, de limpeza, a Junta de Freguesia não dispõe de recursos. Mas há coisas que deveriam acontecer, e o Presidente da Junta seria o elo de ligação com o executivo e com a Assembleia Municipal. Uma situação que o desagrada, é por exemplo o Jardim Infantil (Sophia de Mello Breyner) que por causa da segurança, está abandonado, degradado. Este mesmo deixou de ser um parque infantil para ser usado por cidadãos mal formadas. Ou seja, com o desmazelo



da CME, já não há relva nem erva, mas sim apenas terra. Posto isto, era importante que o Presidente da Junta fizesse pressão sobre o executivo da CME. Também é visível que numa zona habitacional, onde haja uma lomba demasiado alta, uma estrada que não tem passadeira marcada, um jardim que está com ervas, sujo, é um desmazelo absoluto, com buracos, isto num espaço habitacional. Daí a Junta deveria interferir para que se tornasse num espaço agradável. Mais referiu que, a Resitejo não tem qualidade para executar o serviço e que a CME deveria ter alguém que controlasse a qualidade desses serviços, pois os contentores estão sujos e cheios sistematicamente e isto não é qualidade de vida. Temos que mudar isto, houve um abaixo assinado com 700 assinaturas para mudar esta situação e se calhar em nada vai resultar. Quanto à habitação social deveria ser atribuída a quem precisa, fica sem emprego e não a quem não contribuiu para o desenvolvimento da nossa sociedade. No que diz respeito à transmissão on-line, concorda, porque assim mais pessoas teriam conhecimento dos problemas existentes e ficavam a saber o que se passava. Outro aspeto que salientou foi algumas lombas serem muito elevadas, pois deixam de ser um perigo para os peões e passam a ser para os carros. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado Fernando Barroso e cedeu a palavra ao deputado Augusto Barroqueiro. -----

----- O deputado Augusto Barroqueiro entrevistou mencionando que as transmissões das reuniões da CME e da Assembleia não se trata de tentativa de promoção ou procura de visibilidade. Estas reuniões só são vistas porque são gravadas e transmitidas, assim poderão ser vistas sem ser à hora que estão a decorrer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado Augusto Barroqueiro e questionou se havia mais alguma intervenção antes de se passar à Ordem do Dia.

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia retomou então à Ordem de Trabalhos, apresentando: -----

----- ***1º PONTO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 6, DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, DE 28/06/2022, conforme art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. - ■ -*** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, como o deputado Manuel Gonçalves e a deputada Ana Margarida Lopes não estiveram presentes na última reunião, não iriam manifestar o seu voto. -----

----- Sendo assim, **Votos a Favor:** PS – 4 (quatro); **Votos Contra:** a Bancada do PSD (5 votos); **Abstenção:** 1 abstenção – CDS. -----

----- No entanto o Senhor Presidente da Assembleia, foi interrompido pelo deputado David Lage, onde lhe deu novamente a palavra. -----



----- O deputado David Lage, iniciou a sua intervenção referindo que, «a Bancada do PSD fez a apreciação como foi pedido no 1º Ponto e queriam se pronunciar. Então, a bancada do PSD, solicita que a Ata que nos foi entregue para apreciação e correspondente votação, seja corrigida, nomeadamente, no 3º parágrafo, da página 13, onde se escreve, passo a citar: «Pois não pretendia deixar a Junta de Freguesia no estado em que a encontrou em 2013» (fim de citação)».

----- O deputado David Lage, citou «Queremos, portanto, que a totalidade dos comentários e consideramos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Ezequiel Estrada, teceu na sequência da frase citada, que os mesmos sejam vertidos na sua totalidade nesta Ata. Votaremos a favor com a condicionante que a Ata seja alterada e nos seja facultada uma cópia da mesma para a devida conferência pela bancada do PSD», terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado David Lage e procedeu à votação da Ata Nº 6, de 28/06/2022. A respetiva votação foi a seguinte: -----

-----Votos a Favor: 4 (quatro) PS; -----

-----Votos Contra: 5 (cinco) PSD; -----

-----Votos Abstenção: 1 (um) CDS-PP; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Ata Nº 6 foi rejeitada. -----

----- Como a bancada do PSD estava contra a aprovação da Ata Nº 6, queriam que a mesma fosse retificada, então o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que as alterações às Atas dessem entrada antecipadamente, convinha explicitar essa metodologia, se não poderá ocorrer que existem várias alterações numa Ata e a mesma nunca mais ser aprovada. -----

----- Como não se estava a chegar a um entendimento, o deputado David Lage sugeriu ao Senhor Presidente da Assembleia que se fizesse um intervalo. O Senhor Presidente da Assembleia aceitou a sugestão e foi feito um intervalo de dez minutos. -----

----- Foi retomada a reunião e passou-se então à votação da ATA Nº 6. A respetiva votação foi a seguinte: -----

-----Votos a Favor: 4 (quatro) PS; -----

-----Votos Contra: 5 (cinco) PSD; -----

-----Votos Abstenção: 1 (um) CDS-PP; -----

----- Chegou-se então à conclusão que a ATA Nº 6, de 28/06/2022, estava Rejeitada, não foi aprovada. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de imediato ao **2.º Ponto da Ordem de Trabalhos:** -----

2º PONTO – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia iniciou perguntando se algum deputado gostaria de intervir, dando a palavra ao deputado Augusto Barroqueiro. -----

----- O deputado Augusto Barroqueiro começou por referir que tinha duas questões a apresentar, sendo que a primeira era a seguinte: relativamente ao Ponto 4, da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, no que diz respeito à moradia encontra-se ocupada pelo chefe adjunto, do comando da PSP. O mesmo afirmou que não se vê justificação para que um chefe adjunto ter uma moradia atribuída, não parecia que um chefe adjunto seja uma pessoa mais necessitada, daí que não se ver justificação para isso. Quanto à segunda questão, diz respeito à situação orçamental e financeira da freguesia que foi facultada à data de 15/09/2022. O deputado Augusto Barroqueiro mencionou que, primeiro, o referido documento deveria ter sido acompanhado com os mapas de Demonstração Orçamental, para se poder apreciar e saber onde e como se chegava aos valores apresentados na informação financeira. Segundo, a tabela referente à Receita, na página 2, tabela 2, na alínea – Capital, apresenta: Orçada: 91,119,45Euros e executada: 90,119,45Euros, o que não corresponde à verdade, como se podia verificar na tabela 4 – Síntese dos Fluxos de Caixa. Sendo assim, podia-se verificar que, não se obteve execução alguma de receita de capital. O valor que está na tabela 2, referia-se ao saldo de gerência anterior. Na tabela 2, na opinião da bancada do PSD, deveria apresentar uma alínea com o saldo de gerência do ano anterior, refletindo corretamente a alínea da receita de capital, terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do deputado, cedendo a palavra à deputada Maria João Pedro. -----

----- A deputada Maria João Pedro começou por referir que precisava de um esclarecimento no que diz respeito ao ponto 7,página 4, Habitação Social. Pois o Senhor Presidente falou num protocolo que estava sem efeito, supostamente porque é válido até outubro de 2013, ou seja não percebeu se foi erro ou não, não percebeu esta informação. Terminando a sua intervenção. ----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da deputada, dando a palavra ao deputado António Carvalho. -----

----- O deputado António Carvalho mencionou se em relação aos materiais de construção que a Junta de Freguesia oferece, a quem é que entrega e qual o fim desse material de construção, se é para habitação ou para «barracas». Pois se for para habitação está de acordo, se não for, não está. Terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção e cedeu a palavra ao deputado Manuel Gonçalves. -----



----- O deputado Manuel Gonçalves agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia e iniciou a sua intervenção por referir um ato que aconteceu no aniversário da Junta de Freguesia este ano. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia por ter aceite o convite por parte da ANAFRE, assinar o Protocolo do Cuidador na sede da Junta de Freguesia, marcado para o dia 01/07/2022, dia do aniversário da Freguesia, uma vez que existiam várias freguesias a nível nacional e foi esta freguesia, Nossa Senhora de Fátima, no Entroncamento, a escolhida para assinar esse protocolo. Mencionou que, era com muito orgulho que esta cerimónia foi realizada nesta Freguesia, terminando assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção, cedendo a palavra à deputada Ana Margarida Lopes, a qual solicitou um esclarecimento, no Ponto 3 – Ponto1) – Produtos farmacêuticos fornecidos a famílias carenciadas, achava que deveria de ser elaborado um regulamento para este tipo de apoios. E no Ponto 3 – Ponto 2) – o aumento de 500,00Euros no apoio medicamentoso a famílias carenciadas residentes na freguesia, pediu para ser mais explícito: se era um apoio mensal; por família; se era um aumento para 500,00Euros; qual o seu critério; o que era necessário para ser uma família carenciada e o que o define, dando por terminada a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção e como não houve mais intervenções, nem questões colocadas ao Senhor Presidente da Junta, o Senhor Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente da Junta agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia e cumprimentou todos os presentes, iniciando a sua intervenção referindo que a quanto à intervenção do deputado do CDS, a questão da segurança e do sistema de videovigilância da cidade do Entroncamento, também era uma preocupação e é pertinente o documento que foi apresentado pelo deputado do CDS, sendo que o sistema de videovigilância do edifício da sede de freguesia devidamente legalizado, de forma, a segurança do espaço interno do edifício, foi em 2014. O que significava que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia nunca se absteve com a videovigilância em termos de segurança. Mais referiu que a Junta tem estado sempre na persuasão de vídeo para a segurança de pessoas e de bens, como era o exemplo da Locomotiva, mas nada foi feito. -----

----- No que diz respeito a situações menos agradáveis na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, mencionou que esta freguesia é uma freguesia muito sui generis, pois foi uma das sete do distrito que cresceu, de acordo com os dados dos Censos de 2021 e daí que trás muita gente à Freguesia. Considerando que os estrangeiros são cada vez mais, perto de 600 desde janeiro



até ao final deste mês. Daí ser natural existir mais um desequilíbrio do ponto de vista da prática de algumas situações menos desagradáveis, atendendo ao maior volume de pessoas. Foi apontado para 13 000 pessoas para esta freguesia, e circulam diariamente cerca de 16 000 pessoas. -----

----- Quanto à situação apresentada pelo munícipe Rui Gonçalves, no que diz respeito às passadeiras do Casal Vaz, a mesma seria da responsabilidade da Câmara Municipal, é uma competência da Câmara Municipal. No entanto, a Junta de Freguesia mantém em aberto nas suas Atas poder participar e colaborar com a aquisição do material e de tintas, já o fez no passado e poderia fazê-lo agora também, se a Câmara entender solicitar o apoio para esse efeito, a Junta estava disposta a colaborar. Relativamente à questão apresentada pela deputada Maria João Pedro sobre as reuniões serem feitas ao mesmo dia, não está a ver que as reuniões serem ao mesmo dia, dando o exemplo do mês de agosto, como é com pouco movimento, apenas se realizou uma reunião, a não ser que haja uma situação extraordinária, respeitando os horários de todos, pois também têm os seus empregos. Também mencionou que, no que concerne ao envio da documentação ter sido feita na segunda-feira, respeitou o que está previsto na lei, pois foi dentro das 48 horas, quando se trata de documentos de aprovação para serem analisados, é o que está previsto na lei. Quando se trata de documentação mais volumosa, como é o caso do orçamento e o encerramento de contas, há a preocupação de enviar com oito dias de antecedência, para que a documentação possa ter uma análise mais apurada. Mas neste caso, o envio da documentação foi de acordo com o que está previsto na lei. Tendo em conta que apenas era o envio da Ata para analisar, 48 horas é o que está previsto e seria nessas 48 horas que se houvesse alguma proposta de alteração, fosse apresentada, para que seja analisada a gravação da mesma ata. No que diz respeito à transmissão das reuniões on-line, não considerou relevante, uma vez que uma Freguesia não é a mesma coisa que uma Câmara Municipal ou uma Assembleia Municipal, pois o importante é o que demonstra o interesse das pessoas, seria as pessoas estarem presentes no público, intervindo e apresentando os seus casos. Para as reuniões serem transmitidas on-line, a Junta de Freguesia teria que contratar alguém e adquirir equipamento, pois não possui desses meios para o fazer, o que iria trazer custos acrescidos e que não justifica. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, referiu no que diz respeito às condições de 2013, que foi quando terminou o outro mandato, iria responder e esclarecer ao senhor deputado por escrito. -----



----- Também mencionou que, no que concerne à questão dos autocarros, respondendo ao deputado do PSD, é da responsabilidade da Câmara Municipal, apesar de já termos alertado para algumas situações. -----

-----Referiu ainda que seria nesta freguesia que a esquadra da PSD seria sediada e que viriam novos reforços a nível de policiamento. -----

----- Quanto ao encerramento do Jardim de Infância, lamentou imenso o sucedido, mas a Junta de Freguesia não deixou de dar o apoio em termos de produtos de higiene e limpeza e expediente, que dava às crianças que o frequentava e que estão distribuídas por outros estabelecimentos de ensino. -----

----- Referiu que era de lamentar o comportamento das pessoas, pois não ajuda nada no que diz respeito à limpeza da freguesia. As papeleiras estavam a servir de caixotes do lixo para lixo doméstico. Como existe muita afluência, cada vez há mais pessoas, as mesmas deveriam ter outro comportamento e assim as ruas estariam mais limpas. A redução de pessoal da limpeza urbana também não ajuda em nada, pois antigamente era 8 pessoas, agora passou para 2 pessoas, daí também não ser possível fazer um trabalho conveniente. -----

----- Passando à questão seguinte, no que diz respeito à Habitação Social é a Câmara Municipal que entrega as casas às pessoas, é da responsabilidade e é um processo da Câmara Municipal. O mesmo se aplica às lombas, é o executivo camarário que decide a redução das lombas por causa do impacto que causa nos carros, devido à sua elevação. O documento pode ser enviado para a Junta de Freguesia, mas deverá depois ser encaminhado o processo para o executivo camarário. -----

----- Em relação à situação da moradia estar a ser ocupada pelo Chefe Adjunto da PSP, o Senhor Presidente da Junta referiu que a moradia até já foi ocupada por famílias ucranianas e também pelo Chefe da PSP, ou seja, a moradia é utilizada para situações de recurso, uma questão de meses, é temporário. Daí não existir algum inconveniente em ser ocupada pelo chefe adjunto neste momento, é apenas uma situação temporária. -----

----- Uma outra questão, é a situação da Demonstração Orçamental, este documento sempre assim foi apresentado, trata-se de uma síntese orçamental, refere-se apenas como estão as contas. No que diz respeito à situação da receita, está não corresponde à realidade. Mas explicou o porquê, porque, por exemplo, como é o caso da contratação do CEI'S para as escolas. As duas funcionárias que vão para as escolas, as despesas são suportadas inicialmente pela Junta de Freguesia, são pagos os vencimentos pela Junta de Freguesia. No entanto, mais tarde é que a Câmara Municipal transfere essa verba para a Junta de Freguesia, esse valor que entra nas



contas da Junta deveria ser considerado como uma reposição e não como uma receita, uma vez que já foi retirado das verbas da Junta de Freguesia e os CEI'S são contratação pela Câmara Municipal. Podemos considerar como receita sim, o que recebemos dos atestados, dos canídeos e a transferência que vem da DGAL. -----

----- Também foi mencionado pela deputada do PSD, a questão do Protocolo que caiu em 2013, onde o Senhor Presidente da Junta respondeu que existia uma Protocolo de Habitação Social que em 2013 deixou de existir, mas por uma questão de respeito e consideração, deixou-se ficar. Ou seja, a Câmara Municipal fez o Protocolo com a Junta de Freguesia no mandato do outro executivo, e a Junta de Freguesia no final do mês enviava as despesas com a Habitação Social para a CME, só depois é que a CME enviava esse valor para a Junta de Freguesia. Só no final de 2013, que foi quando este atual Presidente entrou é que o Protocolo deixou de existir. No entanto, o Presidente da Junta e a CME chegaram a um consenso, onde a Junta de Freguesia assegurava a aquisição de tintas, areia e algum cimento, mas sem participação da CME, era sim, da responsabilidade da Junta de Freguesia essa despesa referente à aquisição dos materiais. Outras vezes era a CME que dava a mão-de-obra e a Junta assegurava com os materiais. No entanto, a CME é que ficou a partir de certa altura, responsável pelas obras no que diz respeito à Habitação Social, só em situações excecionais é que a Junta intervinha. Como é o exemplo de alguns moradores de lá que se dirigiam à Junta de Freguesia e solicitavam apoio para a aquisição de tinta para pintar a moradia. Nestas situações a Junta de Freguesia participava e fornecia a tinta para o devido efeito. E também concluir obras que não foram concluídas (tetos e alguns telhados) no anterior executivo e que foram terminadas neste executivo. -----

----- Ainda referiu que o que deve ser discutido é o essencial e o que é de concreto, de interesse da freguesia e dos municípios e não com situações que não transparecem nada para efeitos de obra. -----

----- Abordando ainda outras situações, foi a atribuição de apoio nos medicamentos e o valor de 500,00Euros. O Presidente da Junta mencionou que trata-se uma análise processual, ou seja, a pessoa entrega o comprovativo do agregado familiar assim como o comprovativo dos rendimentos, todo o processo é avaliado como o processo da atribuição de cabazes de natal. Isto é, a CME tem um regulamento para avaliar estas situações, e a Junta de Freguesia rege-se por esse regulamento, até porque existe um cruzamento de informação com a Conferência de São Vicente de Paulo, A CME e a Junta de Freguesia para serem atribuídos os cabazes de Natal, e quando a pessoa recebe de um lado, já não recebe de outro. Cada família tem um processo



próprio e tem que obrigatoriamente ser recenseada nesta freguesia, se não for, fica logo excluída. O Presidente da Junta concluiu que não existia um regulamento próprio, a Junta regia-se pelo regulamento da CME e não iria contra as regras da CME. Em relação à atribuição do valor de 500,00Euros na medicação, o Presidente mencionou que o apoio na medicação foi reforçado na altura do pedido de apoio das famílias Ucrrianas, talvez já não se justifique e no próximo ano passará para o valor de 350,00Euros mensais, trata-se apenas de um apoio. O Presidente da Junta terminou assim a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Presidente da Junta e questionou se mais alguém queria intervir, dando assim a palavra ao deputado David Lage. ---

----- O deputado David Lage voltou novamente a intervir, mencionando que gostariam que as datas das reuniões fossem em dias diferente, mas era as reuniões da Assembleia, uma vez há municípios e fregueses daqui que tinham interesse nas duas reuniões. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção, cedendo a palavra à deputada Maria João Pedro, a qual se dirigiu ao Senhor Presidente da Junta e questionou relativamente às escolas, educação e cultura, onde se refere a material de higiene e limpeza e expediente, o que seria considerado como material de expediente. Uma vez que tem conhecimento que numa escola sediada aqui na freguesia foi solicitado aos alunos marcadores de quadro branco. Sendo que o Senhor Presidente da Junta referiu que o expediente é destinado para o pessoal docente. -----

----- O deputando António Carvalho voltou novamente a intervir e questionando o Presidente da Junta sobre: primeira questão, agradecia que o Senhor Presidente da Junta fosse junto da CME e solicitasse qual o plano que a CME tem para apresentar quanto à segurança na cidade do Entroncamento. E uma segunda questão, está relacionada com o fato de ter mencionado que a junta cresceu, a que custo? Pois há pessoas a serem despejadas das suas casas para outras pessoas serem alojadas. Essas pessoas desalojadas estão a recorrer aos serviços sociais da CME ou então as rendas sobem muito e as pessoas não têm condições para as suportar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sua intervenção e cedeu a palavra ao senhor Presidente da Junta para responder às questões. -----

----- O Senhor Presidente da Junta respondeu referindo que, quanto à videovigilância, por causa da segurança, está de acordo e é uma das pessoas que defende a videovigilância, pois quanto à videovigilância aqui na Junta e do espaço que a circunda, é da responsabilidade do Executivo, por isso, foi feito aqui na Junta, tudo o resto, quanto às ruas, limpeza, passadeiras, é da responsabilidade da Câmara. Só o poderia fazer, se a Câmara apresentasse algum plano ou



transferisse algum dinheiro ou através de algum projeto para a Junta para esse efeito. Quanto à questão da situação das casas, a competência da Junta é passar atestados quando são solicitados por essas pessoas, mas mais do que isso, não podia fazer nada. Quando se referiu que a Freguesia tinha crescido, foi com dados baseados nos censos de 2021, onde são incluídas todas as pessoas que estão aqui a residir, incluído todos os estrangeiros que estão cá. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu o esclarecimento que o Presidente da Junta fez e referiu que se tinha que fazer a aprovação da Ata em Minuta desta reunião. Depois da votação, referiu então que a Ata em Minuta está Aprovada por Unanimidade. Isto só aconteceu, para que as deliberações que a Assembleia tomou possam entrar de imediato em vigor e não se tenha que adiar até à aprovação da próxima Ata desta reunião. Entretanto sugeriu também que fosse conveniente marcar uma reunião informal. E quanto à questão das alterações das atas, estas alterações podem ser propostas e enviadas antes que a Ata seja aprovada, mas terá que ser solicitado por escrito, apresentando requerimento para ser ouvida a gravação da reunião, para que essas alterações possam produzir efeito ou não. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e explicações do Presidente da Junta de Freguesia e de todos os presentes. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão às vinte e três horas e trinta e seis minutos. -----

Para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim, Eva Cristina Velez Crespo Constâncio Severino, Assistente Técnica, que a lavrei. -----

Paulo Jorge Simões de Saes
Eva Cristina Velez Crespo Constâncio Severino

